

volume

26/1

Dezembro/2020

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: História da Saúde, das Doenças e da Assistência

Esta é a primeira de duas especialidades em docas especialidades em para casamentos, baptizara casamentos, sudos e banquetes. É osados e banquetes. É a única depositaria da aliança depositaria da aliança Guarana Espumantada Guarana Espumantada e do excelente chowcho e do excelente lab Laeta, fabricados em lab Laeta, fabricados S. Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. nolla Leoncio & Capotta Leoncio & J. Conditura, Braso, J. Conditura, Braso



Hist. Rev. Pelotas Número 26/1 p.1-402 dez. 2020

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelon

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira
Ourique

Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto
Gatto

Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello
Garcia e Marines Garcia (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto
Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina
(suplente)

Repr. das Ciências Agrônômicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira
Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas
Arigony Braga (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva
e Cláudio Baptista Carle (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues
Gastaud

Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva
e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa.
Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Angela Beatriz Pomatti, Éverton Reis Quevedo, Véra Lucia Maciel Barroso

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Théobald Chartran(1849-1907) Laennec, no Hospital Necker, ausculta um tísico na frente de seus alunos (1816) (1889), mural, Salle Péristoryle da Sorbonne.

Pareceristas ad hoc: Marcelo Vianna (IFRS) | Luciana da Costa de Oliveira (UNISINOS) | Cristiano Enrique de Brum (PUCRS) | Ana Paula Korndorfer (UNISINOS) | Marlise Maria Giovanaz (UFRGS) | Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS) | Joana Carolina Schossler (UNICAMP) | Danielle Heberle Viegas (UNILASALLE) | Micaele Irene Scheer (UFRGS) | Zingaro Homem de Medeiros (UFRGS) | Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel) | Eduarda Borges (UFRGS) | Marcia

Regina Bertotto (UFRGS) | João Gabriel Toledo Medeiros (UNISINOS) | Rodrigo de Azevedo Weimer (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Jonas Moreira Vargas (UFPel) | Clarissa de Lourdes Sommer Alves (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Regina Célia Lima Xavier (UFRGS) | Leonardo de Oliveira Conedera (UDESC) | Beatriz Teixeira Weber (UFSM).

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2020/2

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre:
Revistas de Livre Acesso | International
Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai
| Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** obra publicada em janeiro de 2021.**



Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.26/1, (dez. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.

1v.

Semestral

ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: HISTÓRIA DA SAÚDE, DAS DOENÇAS E DA ASSISTÊNCIA

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

ANGELA BEATRIZ POMATTI, ÉVERTON REIS QUEVEDO, VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO 8

SAÚDE TEM HISTÓRIA 12

ENTRE DIFERENÇAS E SIMILARIDADES: UM ESTUDO COMPARATIVO A RESPEITO DOS OLHARES SOBRE A “SAÚDE” E A “DOENÇA” EM “MANUAIS DE MEDICINA POPULAR”, HOMEOPÁTICOS E ALOPÁTICOS, DE FINAIS DO OITOCENTOS 13

ANDRÉ PORTELA DO AMARAL

CIRCULACIÓN, PRÁCTICAS Y MEDICINA POPULAR. EM REFLEXIÓN SOBRE EL CURANDERISMO EM EL SIGLO XIX ARGENTINO 32

ASTRID DAHHUR

“O EXERCÍCIO DE CURAR SUPÕE O HÁBITO E COSTUME DE O FAZER”: BOTICAS E BOTICÁRIOS NO OITOCENTOS NO BRASIL MERIDIONAL 45

PAULO STAUDT MOREIRA E NIKELÉN ACOSTA WITTER

SOBRE AS VIRTUDES MEDICINAIS DOS INSETOS NA OBRA *PARAGUAY NATURAL ILUSTRADO* DE JOSÉ SÁNCHEZ LABRADOR S. J. (1776-1776) 67

ELLANE CRISTINA DECKMANN FLECK

DO TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS À ENGENHARIA DE TECIDOS: A HISTÓRIA QUE TEM REVOLUCIONADO A MEDICINA E SALVADO VIDAS 90

LAURA SCHÄFER E MARIA HELENA ITAQUI LOPES

DOENÇAS E HISTÓRIAS 105

AS DOENÇAS E O ATENDIMENTO AOS ENFERMOS NOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO (SÉCULO XVIII) 106

ROGÉRIO MACHADO DE CARVALHO

“MUI SEÑOR MIO, DESPUES DE HAUER RECONOZIDO LAS MEDIZINAS, PARESE QUE HA ENCONTRADO DE MENOS TODO LO QUE PARESE SU PAPEL”: UM ESTUDO SOBRE OS TUMORES NO PARAGUAI COLONIAL (SÉC. XVII-XVIII) 124

BERNARDO TERNUS DE ABREU

O FENÔMENO IMIGRATÓRIO E O CONTROLE DO TRACOMA: REPERCUSSÕES DA DOENÇA 146

LEONOR C. BAPTISTA SCHWARTSMANN

PÁGINAS DE UM SABER MÉDICO: A PRESENÇA DA TUBERCULOSE EM TRABALHOS PUBLICADOS NO ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA	163
<i>BRUNO CHEPP DA ROSA</i>	
CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EXPOSIÇÃO “GRIPE ESPANHOLA: A MARCHA DA EPIDEMIA” DO MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL	186
<i>ANGELA BEATRIZ POMATTI E GLÁUCIA G. LIXINSKI DE LIMA KULZER</i>	
HISTÓRIA, MEMÓRIA E COMPORTAMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19	
<i>JANETE ABRÃO</i>	209
“SINTO FALTA DE ABRAÇOS”: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS E ALUNAS DA UFPel	
<i>QUEZIA GALARCA DE OLIVEIRA, MILENA DA SILVA LANGHANZ E LORENA ALMEIDA GILL</i>	230
INSTITUIÇÕES E ASSISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS	240
A SUPERLOTAÇÃO DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO: IMPLICAÇÕES NA INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS ENTRE OS ANOS DE 1932 E 1937 (PORTO ALEGRE/RS)	
<i>LISIANE RIBAS CRUZ</i>	241
ESTIGMA DA LEPROSA: O MANEQUIM LÁZARO NA EXPOSIÇÃO DO MEMORIAL DO HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ	
<i>HELENA THOMASSIM MEDEIROS, JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES E DIEGO LEMOS RIBEIRO</i>	258
A ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR MODERNA E A (RE) PRODUÇÃO DO VIVER SOCIAL NO HOSPITAL MIGUEL COUTO EM NATAL (1927-1955)	
<i>ANDRÉ MOTA E RODRIGO OTÁVIO DA SILVA</i>	276
A MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, ENSINO E ASSISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO	
<i>CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS, ANTONIO RODRIGUES BRAGA NETO, ANTONIO CARLOS JUCA DE SAMPAIO, JORGE FONTE DE REZENDE FILHO E JOFFRE AMIM JUNIOR</i>	299
CENTROS DE SAÚDE E POSTOS DE HIGIENE: NOVAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PARA NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS (RIO GRANDE DO SUL, 1928-1945)	
<i>GABRIELLE WERENICZ ALVES</i>	312
CUIDAR DE POBRES DOENTES NAS MEMÓRIAS DE ENFERMEIRAS RELIGIOSAS NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE (1956-1973)	
<i>VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO</i>	332

ARTIGOS LIVRES

ENTRE COIMBRA E VILA DO PRÍNCIPE: A ATUAÇÃO DO PADRE DR. MANUEL JOSÉ DA FONSECA BRANDÃO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, COMARCA DO SERRO DO FRIO, MINAS GERAIS, 1778 A 1797

347

DANILO ARNALDO BRISKIEVICZ

348

MODELOS DE ESPACIALIDADE NA HISTÓRIA E NA GEOGRAFIA – UMA COMPARAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA LOCAL FRANCESA E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NAS GERAÇÕES SUBSEQUENTES

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

369

(RE)ESCRITURAS NEGRAS EM PÁGINAS BRANCAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA SERRA DA BARRIGA

388

RAYANNE MATIAS VILLARINHO E ANA MARÍA SOSA GONZÁLEZ

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Artigos Livres

Esta é a primeira de dom... especialidades em doc... para casamentos, bap... sudos e banquetes. É... única depositária da... Guaraná Espumante... do excelente ch... Laeta, fabricados... S. Paulo pelos Srs. Z... nolla Loureiro & C... J. Conditaria, Bra... Esta é a primeira de dom... especialidades em doc... para casamentos, bap... sudos e banquetes. É... única depositária da... Guaraná Espumante... do excelente ch... Laeta, fabricados... S. Paulo pelos Srs. Z... nolla Loureiro & C... J. Conditaria, Bra...



(RE)ESCRITURAS NEGRAS EM PÁGINAS BRANCAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA SERRA DA BARRIGA

BLACK (RE)WRITES ON WHITE PAGES: REFLECTION FROM THE PATRIMONIALIZATION OF SERRA DA BARRIGA

Rayanne Matias Villarinho¹
Ana María Sosa González²

Resumo: O Quilombo dos Palmares ocupa um lugar ímpar na história da resistência e construção da identidade afro-latino-americana. Localizado na Serra da Barriga, em União dos Palmares (Alagoas); o lugar tornou-se solo sagrado simbólico-cultural. Representa a luta dos quilombolas que perdurou quase um século, ressignificadas através das mobilizações do Movimento Negro por meados de 1970 e 1980. O artigo busca analisar nesta relação entre o presente e o passado, os novos significados atribuídos ao local percorrendo de Palmares à abolição da escravidão em 1888, para refletir sobre a maneira como foi e é construída a identidade negra em um cenário nacional marcado pelo racismo, desigualdade social e racial. A consagração da Serra da Barriga como patrimônio nacional e do Mercosul representa um significativo exemplo dessa luta e os seus desdobramentos no presente: como reivindicação de memória que se vale do discurso histórico para construir dita herança cultural.

Palavras-chave: História e narrativas, Patrimônio Cultural, Quilombo dos Palmares.

Abstract: Quilombo dos Palmares fills a unique place in the history of resistance and the construction of Afro-Latin American identity. Located in Serra da Barriga, União dos Palmares (state of Alagoas), the place became sacred symbolic-cultural ground. It represents the struggle of quilombolas that endured almost a century, ressignified through the mobilizations of the black movement, for example from 1970 and 1980. This paper seeks to analyze in this relationship between the present and the past, new meanings found in that place, from Palmares to Abolition of Slavery in 1888, to reflect about the way which black identity was constructed in a national scenario marked by racism, social and racial inequality. The consecration of Serra da Barriga as a national heritage and of Mercosur heritage represents a significant example of this struggle and its unfolding in the present: as a relevant memory that uses historical discourse to build this cultural capacity.

Keywords: History and narratives, Cultural Heritage, Quilombo dos Palmares.

Introdução

Entre o século XVI e início do século XIX o Brasil (assim como outros países latino-americanos) se encontrava submerso à colonização europeia, com um sistema econômico baseado no trabalho compulsório e cujo contingente de escravizados era formado por indígenas e africanos. Através desse sistema de exploração, Brasil e África estavam indissolivelmente ligados. Capitâneas e engenhos fecundaram-se a partir dessa relação e se destacaram no mercado internacional com seu complexo econômico (FREITAS, 1981, p. 19) responsável por ser um dos maiores produtores de

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. raaymatias15@gmail.com

² Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora visitante estrangeira no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. anasosagonzalez@gmail.com

açúcar junto ao mais solidificado sistema escravista das Américas.

Frente a esse sistema de exploração, havia inúmeras revoltas e como estratégia de sobrevivência e resistência, estes cativos fugiam em busca de refúgios. Estas povoações de escravizados ficaram conhecidas no Brasil como “quilombos”, termo derivado do linguístico africano bantu “*Kilombo*” (GOMES, 2015, p. 9) que significa assentamento de guerreiros.

O Quilombo dos Palmares, considerado o maior e mais famoso quilombo já existente nas Américas, surgiu por volta de 1597 no seio do nordeste açucareiro colonial e perdurou por quase um século, até 1695. O marco declaratório ao fim da história palmarina fixa-se na captura e assassinato de seu líder principal, Zumbi.

Depois de muitos anos de apagamentos e silenciamentos, o acontecido naquele momento tornou-se referência na constituição da identidade nacional, produto de uma longa caminhada e lutas do Movimento Negro. Os quase cem anos de existência e luta do Quilombo dos Palmares representa um marco histórico cujo propósito político serviu e serve para a consolidação da luta contra o racismo, é também símbolo de resistência às forças opressoras, motivo de orgulho que orienta as reivindicações do Movimento Negro no Brasil.

A Serra da Barriga, localizada no município de União dos Palmares, Zona da Mata no Estado de Alagoas, Brasil, foi a região que abrigou Palmares no século XVI. Sua história e seu legado acompanham no presente uma trajetória que consolida aquele local não só como patrimônio brasileiro como também do Mercosul em 2017.

Além da revisão bibliográfica sobre o período, o estudo³ baseia-se no uso da metodologia de História Oral, com entrevistas realizadas a diversos representantes do Movimento Negro alagoano e brasileiro, envolvidos na elaboração do Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga como patrimônio mercosulino. Neste artigo se analisam as falas do professor Me. Zezito de Araújo, historiador, ativista do Movimento Negro e um dos colaboradores do Dossiê; do Mestre Cláudio (Severino Cláudio Figueiredo Leite), carioca, professor de educação física e um dos fundadores da Escola de Capoeira Pôr do Sol dos Palmares, com mais de 30 anos de formação capoeirista; e do professor, historiador e militante do Movimento Negro, Dr. Clébio Correia de Araújo, que também colabora no dossiê, em interação com a bibliografia consultada e com outros trabalhos acadêmicos sobre o tema. Estas narrativas junto a análise do Dossiê da Candidatura enriquecem a temática do presente artigo sobre a relação entre a questão racial, Movimento Negro e o recente processo de patrimonialização da Serra da Barriga.

No entanto, a partir da historiografia do Quilombo dos Palmares busca-se compreender a continuidade deste processo. Esta análise vai desde o período da escravidão, o desenvolvimento das gerações dos ex-escravizados e fugitivos e como se deslocaram às condições na atualidade, e nessa perspectiva, a construção da identidade negra no contexto nacional associa-se, pois atribui a história

³ Considera-se importante mencionar que o presente artigo é um desdobramento de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas, tendo a Serra da Barriga e seu processo de patrimonialização como objeto central de estudo.

palmarina como símbolo de sua luta.

Palmares e seu legado: muito mais que um século de luta

Fruto do Quilombo dos Palmares, os quilombos como evidências de lutas e resistência reapropriados por uma extensão secular transformaram-se em construções simbólicas da militância negra (GOMES, 2015, p. 127). Almejando uma melhor compreensão sobre esse percurso histórico é relevante demarcar dois períodos: o primeiro com a chegada dos negros africanos, no século XVI até o simbólico 13 de maio de 1888, com a Abolição da Escravidão; o segundo é exatamente no pós-1888 e a proclamação da República no Brasil.

O historiador Flávio dos Santos Gomes apresenta duas visões historiográficas sobre os quilombos: uma é a visão culturalista, desenvolvida nos anos 1930 e 1950, que considera os quilombos como espaços somente de resistência cultural, ou seja, os escravizados fugiam com a intenção de preservar sua identidade étnica; a outra versão, chamada materialista, foi lançada posteriormente a partir de 1960 e 1970, com as contribuições de Gilberto Freyre, que apresentava os quilombos como principal característica da resistência escrava, por causa das péssimas condições a que eram submetidos (GOMES, 2015, p. 73). A partir destas duas abordagens construiu-se uma ideia de “marginalização” destes quilombos⁴.

Nas páginas iniciais de “Palmares: A Guerra dos Escravos”, de Décio Freitas (1978), uma obra de referência sobre a história palmarina, relata-se que o período da escravidão no Brasil foi marcado por revoltas e protestos armados entre colonizadores e os cativos. Todavia, “estas revoltas ainda não obtiveram aquilo que Lucien Febvre denominou lapidarmente de “direito à história”. Não apenas são mal conhecidas (...) senão que tratadas como episódios marginais no processo histórico brasileiro” (1981, p. 11). No entanto, a marginalização da história quilombola obedece a uma série de interesses histórico-políticos - considerando a preservação de narrativas que foram construídas acerca do caráter pacífico daquele período, que representam o olhar dos homens e mulheres brancos, um olhar “colonizador” com valores eurocêntricos que ainda perdura na escrita “oficial” da história e muitas vezes na que se ensina nas escolas.

Os quilombos, em seu conceito histórico, foram locais onde os negros eram dados como fugitivos até a marca da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Sancionada pela Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, se concedeu uma dita “liberdade total” aos escravizados que ainda existiam no Brasil - um dos últimos países ocidentais a extinguir tal prática, de forma tardia e - que carregou uma série de problemas posteriores. O anúncio dado foi de uma falsa liberdade, visto que apesar de passar a não existir mais escravos, suas existências foram quase que integralmente negligenciadas. A partir disso, novas construções ideológicas sobre o papel dos negros precisaram ser

⁴ No texto Gomes ressalta a pluralidade das definições sobre quilombo de acordo com a legislação colonial, tanto que, por exemplo, em 1740 o Conselho Ultramarino considerava quilombo uma habitação que contabilizasse mais de cinco negros, já nos séculos XVII, XVIII e XIX quilombos eram onde existiam dois ou mais fugidos; ou seja, havia uma diversidade, intensidade e frequência espacial e temporal bem considerável sobre estes quilombos brasileiros (GOMES, 2015, p. 73-77).

construídas para encontrar o lugar dos africanos e afrodescendentes na sociedade e na cultura nacionais (SARAIVA, 1993, pp. 40).

A situação destes ex-escravizados após abolição foi de abandono e posteriormente se agravou devido ao processo de marginalização no período republicano, que não assegurava uma melhor situação socioeconômica aos mesmos. A falta de interesse da elite brasileira em assegurar as relações com os africanos e afros brasileiros para promover uma integração destes ex-escravizados, econômica e socialmente foi evidente. O silenciamento dessa realidade nos discursos oficiais e historiográficos durante os séculos XIX e XX “foi uma consequência natural da extinção do tráfico de escravos, das crises políticas brasileiras, influência britânica na região, do ascenso de um novo grupo econômico modernizador em áreas de produção cafeeira de São Paulo e da introdução dos trabalhadores europeus” (SARAIVA, 1993, p. 41). Assim a narrativa histórica se construía em função das mudanças advindas da modernização deixando fora a análise da realidade de essa grande massa de ex-escravizados que representava um problema social ao que não se estava dando solução.

Ainda nesse período a elite brasileira⁵ pretendia edificar uma nação diferente, que fosse moderna e nos padrões ocidentais. Para isso, a herança africana e afro brasileira formava parte de um passado que era apresentado apenas em algumas manifestações culturais como o folclore, a culinária, etc. sem serem integradas à narrativa histórica e identitária nacional brasileira, pois os ideais de modernidade precisavam ser identificados e associados à herança branca advinda da Europa (ibid, p. 41).

O propósito era atrair imigrantes europeus para trabalharem no Brasil, pois para efetivar o plano de modernidade precisaria do aprimoramento racial além do desenvolvimento comercial; e simultaneamente sob mesmo contexto, era processado o projeto de lei visando impedir a imigração de pessoas negras, atrelando-se a política de embranquecimento do Brasil (JACCOUD, 2008, p. 49, 50).

Na opinião de Saraiva, o intento era conceder aos escravizados a liberdade e com isso formar uma classe de afro descendente com submissão ideológica, ou seja, restritos e limitados. No imaginário da elite brasileira o ideal seria que os negros enfrentassem o processo de repatriação à África (SARAIVA, 1993, p. 44). Ainda nesse sentido, a Lei Áurea promulgou a tentativa de edificar uma memória em torno da Princesa Isabel como uma dádiva, como redentora enquanto simultaneamente não só silenciava como desconsiderava o protagonismo negro frente a construção da história do Brasil.

Não contemplados em projetos de inclusão social, nem da narrativa da história “nacional”, estes ex-escravizados ficaram à mercê de arbitrariedades, de um meio social e poder público que não tinham intenção de promover reformas e políticas públicas para atender sua problemática e assim evitar a desigualdade social em que se encontravam em relação a outros grupos.

⁵ Outro fator determinante para prosseguir com o projeto de Abolição da Escravidão, segundo José Flávio Sombra Saraiva, estava associado ao medo da elite brasileira, visto a revolução haitiana de 1792, evento histórico marcado pela rebelião de negros no período do Brasil Colonial (SARAIVA, 1993, p. 43).

Estes foram trabalhar em feitorias, plantações, engenhocas de aguardente, roças, pastoreios e construção de fortalezas militares (GOMES, 2015, p. 63), criando-se assim comunidades nas unidades de trabalho, como alternativas ante a ausência de oportunidades para seu desenvolvimento e integração social.

Estes quilombolas tornaram-se um complexo campesinato, ou seja, passaram da nomeação social de ex-escravizados a camponeses, das quais suas primeiras gerações buscavam reestabelecer seu trabalho, moradias e obtenção de terras para si e suas famílias. Nos fins do século XIX, adquiriram a condição de alforriados, porém suas ocupações de terras sem validade eram desconsideradas e compreendidas como periferias (cf. Dossiê, 2017, p. 89). Sendo assim, o contexto pós-abolição marcou-se pela invisibilidade dessas pessoas. Camponeses negros, descendentes de quilombolas do passado, transformaram-se em cablocos, caiçaras, pescadores e retirantes (GOMES, 2015, p. 120); não tiveram suas atividades econômicas reconhecidas nos censos republicanos, se dedicaram à agricultura familiar, eram trabalhadores sazonais ou no extrativismo (ibid, p. 121).

Estigmatizados e excluídos social e politicamente, estas comunidades de descendentes dos antigos escravizados viram-se a cargo de uma recriação e ressignificação de suas dimensões sócio-culturais que cultivou uma repulsa, desgosto e até mesmo negação (GOMES, 2015, p. 123) perante o reconhecimento de si mesmos como geração de quilombolas. Concepção que desenvolveu a falta de autoestima do negro, do descendente dos quilombos e mocambos, do afro brasileiro em reconhecer-se como tal, em aceitar-se, influenciando diretamente no significado e no papel de ser negro no Brasil.

No contexto contemporâneo, a militância política da população negra moldou-se a partir da ressignificação das concepções opressoras, desenvolvidas pelo discurso colonialista, que ao longo do tempo tentou silenciar sua presença, que esqueceu, apagou ou não valorizou sua cultura, reforçando o preconceito, a desigualdade e o racismo da época colonial. Os negros viveram sob constante luta e resistência, por isso Saraiva afirma que “a história completa de tais rebeliões ainda falta ser contada no Brasil” (SARAIVA, 1993, p. 43).

Nesse sentido, as narrativas construídas sobre o Quilombo dos Palmares no decorrer das décadas de 1970 e 1980, associadas às mobilizações políticas do Movimento Negro Unificado (MNU), apresentam hoje os fundamentos para a construção da identidade negra, tomando como símbolo a luta de Zumbi e de outros líderes da história palmarina. A República Palmarina, como muitos ativistas a reconhecem, transformou-se no mais importante centro de resistência africana, indígena e de outros grupos marginalizados pelo sistema escravista da época.

Os diferentes grupos e suas diversas formas de luta, seja nos movimentos abolicionistas ou no âmbito acadêmico, na resistência quilombola, rebeliões e confrontos armados, buscaram e buscam o fim da desigualdade social, reivindicação que formam parte do chamado Movimento Negro (CUSTÓDIO, 2017, p. 22, 23). Desse modo, o combate à discriminação racial, a delação ao mito da democracia racial e o anseio pela afirmação de uma identidade racial⁶ negra positiva são, todavia, pautas

⁶ Nesse sentido é importante destacar que para o movimento negro a identidade racial fundamenta sua mobilização e é um elemento de reivindicações políticas, ou seja, o conceito de raça constitui-se como fator determinante da organização dos negros almejando um projeto comum de ação definido a partir de uma construção social, com mínima ou ausente base biológica (DOMINGUES, 2007, p. 101, 102).

do movimento social negro que se consolidou no Brasil em meados da década de 1970.

Após a abolição, no período de 1889 a 1937, o Movimento Negro se expressou através de mobilizações de diversos modos e organizações: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, jornais e entidades políticas. Praticavam atividades de fim social, educacional, cultural e desportivo em meios do jornalismo, teatro, música, dança e lazer (DOMINGUES, 2007, p. 121), tornando-se um movimento de massa a partir da consolidação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, que na segunda metade do século XX, foi a mais importante entidade negra do país.

Posteriormente, o Movimento Negro reintegra os debates políticos, educacionais e culturais, com discursos enfáticos em prol da conquista dos direitos civis. O Brasil encontrava-se no período democrático na década de 1950, marcado pela reforma agrária, com mobilizações das ligas camponesas, estudantes e operários, que contribuíram para este contexto de instabilidade política (FAUSTO, 2019, p. 337-377).

Dessa forma, participou de múltiplas ações e grupos contrários ao golpe militar de 1964, cujo caráter autoritário e repressor a toda dissidência foi a característica principal. A ditadura instaurada desde então se dedicou a atenuar todo tipo de ativismo social e político, entre eles os de reivindicação pela igualdade racial e social. O período ditatorial se caracterizou pela censura, perseguição política, falta de democracia, violência e repressão a todos que eram contra o sistema, sendo estas as ferramentas para controlar a sociedade, além da prática de Atos Institucionais que foram impostos (FAUSTO, 2019).

Ainda neste período, é importante destacar a transformação no autorreconhecimento como indivíduo negro, ou seja, suas narrativas fundamentaram-se em um discurso racial, assumiram sua identidade negra de maneira positiva, frente à normatividade do eurocentrismo e a ideia de “branqueamento”⁷, que depreciava os padrões negros e não os integrava socialmente. Contudo, buscavam demonstrar como a ideia em torno da “democracia racial” na verdade exibia-se apenas na teoria e não na prática (CUSTÓDIO, 2017, p. 48-50), mascarando as tensões raciais existente no país.

A Ditadura Militar representou um desafio para a população negra que começou a buscar soluções contra a lógica do sistema, uma destas respostas foi a criação do Movimento Negro⁸, com o propósito de lutar de forma organizada, institucionalizada e política, na luta antirracista contra a segregação e criminalização dos negros.

⁷ Durante o período datado entre 1884 e 1933, chegaram ao Brasil cerca de 1,4 milhão de italianos, 1,1 milhão de portugueses, 557 mil espanhóis, além de alemães, japoneses, poloneses, entre outros povos, ocorrências estas que modificaram completamente a composição racial no Brasil (SARAIVA, 1993, p. 44).

⁸ São Paulo, junho de 1978, sob reunião de várias entidades negras surge inicialmente o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), com sua primeira atividade de repúdio contra um ato de discriminação racial sofrida por jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto por um trabalhador e pai de família negro que foi torturado até a morte, sendo considerado “como o maior avanço político realizado pelo negro na luta contra o racismo”. Posteriormente, na 1ª Assembléia Nacional de Organização e Estruturação, no mês seguinte, a palavra Negro foi adicionada ao nome do movimento, e em 1979, por fim, simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU) (DOMINGUES, 2007, p. 113, 114).

O Movimento Negro foi inaugurado publicamente em sete de julho de 1978, no Teatro Municipal de São Paulo e reuniu milhares de pessoas⁹ em pleno contexto ditatorial (CUSTÓDIO, 2017, p. 113). Frente à discriminação e desigualdade pela raça, fatores envolvidos na realidade negra, a concentração dessa insatisfação edificou o Movimento Negro, vendo o racismo como pilar estruturante na nossa sociedade.

No Programa de Ação do MNU, segundo o historiador Petrônio Domingues, as reivindicações mínimas tratavam-se de:

Desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Além disso, outras ações foram realizadas. A comemoração pelo 13 de maio em virtude da Abolição da Escravatura, por exemplo, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo; e também como afirmação da luta dos negros no Brasil data-se o 20 de novembro (morte de Zumbi dos Palmares), sendo eleito como Dia Nacional da Consciência Negra¹⁰ e Zumbi o símbolo de resistência às forças opressoras, como entendimento de que a luta nunca acabou, mas segue constante.

Entretanto, a ascensão deste movimento político retratou um marco na história, pois promoveu sua visibilidade pública relativa às lutas, assim como fortaleceu o poder político dos negros no âmbito nacional. As mudanças na mentalidade foram ponderadas em não considerar mais ofensivo o termo “negro”, muito pelo contrário, passou a ser usado com orgulho e apreço pelos ativistas do movimento.

E as lutas difundiram-se: no setor educacional indo contra as narrativas e conteúdos preconceituosos enraizados na estrutura da sociedade; buscaram intervir na capacitação de docentes por uma pedagogia e didática que abarcasse questões interétnicas, assim como a inclusão do ensino de história da África; e uma análise sob o papel do negro na história da formação nacional (DOMINGUES, 2007, p. 115, 116).

O ativismo norteava-se principalmente em torno da promoção da identidade do negro, em prol de sua negritude e do “resgate da sua ancestralidade”; e com isso, quanto mais os negros entendiam e integravam seu status político de cidadão, mais se organizavam e configuravam lutas e

⁹ Neste acontecimento estavam presentes entidades do estado do Rio de Janeiro, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, Centro de Estudos Brasil África, Escola de Samba Quilombos, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Olorum Baba Min, Sociedade Intercâmbio Brasil África; entidades da Bahia enviaram moções de apoio à manifestação, além de personalidades importantes no debate sobre racismo como Lélia González e Abdias Nascimento (CUSTÓDIO, 2017, p. 113, 114).

¹⁰ Estas ações aconteceram sob direção do Grupo Palmares, que foi uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo. Fundado em Porto Alegre, 1971, por Oliveira Silveira, que neste mesmo ano promoveu a primeira celebração da data emblemática de 20 de novembro (PEREIRA, 2010, p. 99, 100).

reivindicações pela igualdade racial, social e cultural.

Para dar embasamento às reivindicações de aquele momento e as atuais, o acontecido no século XVII no Quilombo dos Palmares, ganhou uma importância ímpar na história do Movimento Negro. A história do Quilombo dos Palmares passa a ser um - se não o principal-referente da resistência negra no Brasil e ganha outra dimensão para o Movimento Negro na década de 1980, com a intenção de fortalecer sua identidade. Nesse período, ocorre uma série de iniciativas destes grupos viabilizando suas mobilizações no contexto nacional, destacando-se uma delas a publicação em língua portuguesa da obra “Palmares - A Guerra dos Escravos” de Décio Freitas, em 1973 (CUSTÓDIO, 2017, p. 51), sendo uma das obras mais significativas sobre a historiografia palmarina. Promovem-se uma série de debates sobre a importância da representação da identidade negra e da cultura afro brasileira na composição social nacional, e se realizam esforços por recuperar e fortalecer a ancestralidade e de reavaliar o papel do negro na sociedade brasileira.

A Serra da Barriga é a área onde um conglomerado de mocambos¹¹ que tomavam quase toda extensão do Planalto da Borborema, se estabeleceu aproveitando o ponto mais alto para instalar a sede desse assentamento, denominado o mocambo do Macaco, atualmente União dos Palmares.

Hoje essa área é considerada um patrimônio material e imaterial, cujo significado se baseia nessa herança de resistência e lutas de ex-escravizados por sair dessa condição de exploração e gerar uma organização própria. Para ativistas do Movimento Negro, valida-se como bem patrimonial devido a seu valor memorial-simbólico e cultural intrínseco à Palmares, guardando em seu solo as histórias de seus antepassados e as lutas que ainda seguem na atualidade.

A Serra da Barriga como patrimônio do Mercosul reforça a compreensão das dinâmicas sociais como fundamentais para a história dos povos africanos, que foram trazidos como escravos para as Américas e desenvolveram diversas formas de resistência, essas ações dão sentido e geram pertencimento para manterem sua identidade conservada, como aspectos simbólicos associados ao poder do Estado e suas relações com a sociedade, buscando ser valorizada através da história, bens, usos e costumes, em atividades cotidianas, formas materiais e imateriais, saberes, formas de expressão e celebrações relacionadas à religiosidade de matriz africana (cf. Dossiê, 2017, p. 54).

Sobre isso, o professor Clébio relata:

Para gente que é da militância (...) a conquista desse título fortalece a nossa luta, em dois aspectos: dá visibilidade social e midiática a Serra, e por outro lado, o tombamento obriga o Estado a assumir algumas responsabilidades no sentido de adotar algumas providências para efetivar políticas em torno da Serra da Barriga (ARAÚJO, C., 2020).

Clébio reitera que a ideia da preservação e vitalidade da Serra da Barriga e sua importância constituem-se por sua representatividade como símbolo maior da luta do negro no Brasil e sua emancipação social (2020). Sendo assim, se constrói uma memória coletiva, entendida como uma representação, um enunciado que os indivíduos de um grupo produzirão sobre uma memória comum a todos os membros deste grupo (CANDAUI, 2011, p. 25).

¹¹ Mocambos ou *mukambu* que tanto em *kimbundu* ou em *kicongo* (línguas em várias partes da África Central) que significava pau de feira, tipos de suportes usados em acampamentos (GOMES, 2015, p. 9).

Ainda nesse sentido, sobre essa questão de promover maior visibilidade e valorização da Serra, o Mestre Cláudio¹² expressa: “no ambiente onde aconteceu a coisa... deveria ser tudo ali [na Serra da Barriga], todas as formações, todos os cursos, visitas, deveriam ser tudo levados para lá (...) é um local que mexe mesmo com a nossa ancestralidade” (LEITE, 2020). Portanto, o reconhecimento como patrimônio do Mercosul, em suas palavras significa:

Aquela Serra é mágica (...) a vinda do MERCOSUL para cá serviu pra mostrar, não só a nível dos países sul americanos, mas para o próprio brasileiro a importância daquilo ali (...) o entendimento, a absorção daquele local, enquanto história, despertou mais essa curiosidade, mais interesse (...) Isso aí a gente percebeu. Houve uma mexida, tava meio escondidinha... Chamou mais atenção! Ganhou maior visibilidade sim e aumentamos substancialmente a visitação (LEITE, 2020).

Pensando na concepção de Pierre Nora sobre lugares de memória, a Serra da Barriga é um lugar de memória, cujos atributos (físico, funcional e simbólico) (NORA, 1993), condensam ou possibilitam a evocação desse passado, passado este que é recriado a partir de fragmentos e reconstruções. É incentivada sua visitação a partir da construção do Parque Memorial Zumbi dos Palmares acompanhada de uma série de políticas patrimoniais que buscam o conhecimento e a apropriação desse passado.

Na década de 1980 a Serra da Barriga foi requerida a partir de reivindicações do Movimento Negro, que entende que aquele solo é sagrado, carregado de memórias, de alto valor simbólico e cultural bem como palco de celebrações através de práticas e manifestações culturais de matriz africana. Dessa forma se associa esse bem cultural com as lutas sociais contemporâneas de revalorização cultural e social dos locais de origem ancestral africana.

Em 21 de março de 1988 a Serra da Barriga foi declarada como Monumento Nacional (cf. Dossiê, 2017, p. 44). Tal declaratória obedeceu ao processo de redemocratização nacional à luta do Movimento Negro pelo reconhecimento de sua história, o que será plasmado na Constituição Federal promulgada no final de 1988, na qual a noção de patrimônio cultural foi ampliada. Agora passava a se incluir o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial, além do material, redigidos nos seus artigos 215 e 216. Também é importante ressaltar que neste mesmo ano, foi criada a Fundação Cultural Palmares¹³, instituição gestora responsável pela Serra da Barriga, com objetivo de promover e valorizar a cultura negra.

Acerca disso, o professor Zezito¹⁴ comenta que na década de 1980 aconteceu a criação do Conselho Geral de Memorial Zumbi, fruto de um encontro do Movimento Negro com os governos de nível federal, estadual e municipal e a Universidade Federal de Alagoas. Tratava-se de uma “entidade criada por nós, proposta por organizações públicas, estatal e privada do Movimento Negro, que tinha

¹² Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 29 de fevereiro de 2020.

¹³ O comprometimento da Fundação Cultural Palmares como órgão federal constitui-se no o combate ao racismo, promoção da igualdade, valorização, difusão e preservação da cultura negra; a cidadania no exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas da população negra em suas manifestações culturais e por fim a diversidade no reconhecimento e respeito às identidades culturais do povo brasileiro (FCP, 2020).

¹⁴ Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 02 de março de 2020.

par a par, número de representantes da sociedade civil e representantes da sociedade, do Estado” (2020). O objetivo era estabelecer uma estrutura para o Memorial Zumbi na Serra da Barriga. Posteriormente, se desenvolveu o Conselho Deliberativo, “que executava as ações e buscava viabilizar os estudos históricos da Serra, do Quilombo dos Palmares... e a nossa primeira ação foi solicitar o tombamento da Serra da Barriga” (ARAÚJO, Z., 2020), nesse caso, para patrimônio cultural do Mercosul.

Preocupados com a história do Quilombo dos Palmares e conseqüentemente, com a preservação da Serra da Barriga, o Conselho Geral do Memorial Zumbi encaminha em 1981 ao IPHAN/Pró-Memória, uma solicitação de tombamento alegando sua relevância histórica da luta e resistência dos povos negros (cf. Dossiê, 2017, p. 69). A partir desse momento se formou uma equipe de profissionais para fazer o levantamento topográfico da região para ser tombada.

Na década de 2010, a Serra da Barriga finalmente ampliou seu status de âmbito nacional tornando-se patrimônio cultural do Mercosul. De acordo com o documento oficial de dossiê, os valores da Serra da Barriga se enquadram nos critérios e às caracterizações apontadas pelo documento de construção temática da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul “La geografía del cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del Mercosur”.

Justifica-se a declaratória internacional sob tais pontos, esclarecidos também no Dossiê: é um bem cultural implantado no território do Mercosul enquanto reflexo e resposta dos escravizados a um sistema colonial de origem europeia fundamentado na escravização de povos africanos e autóctones, forma-se portanto, um conjunto exemplar e comum; é um bem que representa história fundadora de territórios e memórias coletivas sociais; é representante de um fato histórico nacional ligado à questão da resistência aos sistemas escravagistas implantados; é um bem cultural que representa lutas sociais contemporâneas de (re)valorização cultural e social locais de origem ancestral africana; manifesta valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; está diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; e constitui fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum (cf. Dossiê, 2017, p. 50-56).

Em síntese, a dimensão tangível da Serra da Barriga refere-se aos testemunhos materiais históricos em um lugar que representou um dos mais importantes quilombos das Américas, com composição multiétnica. Constitui-se por patrimônio histórico, com documentação sobre o passado e os fatos ali ocorridos e também pela memória local, transmitida de geração em geração, registrada no imaginário (cf. Dossiê, 2017, p. 68); constitui-se por patrimônio arqueológico, devido a pluralidade de grupos étnicos que ali habitaram desde a pré-história. Nas investigações lá desenvolvidas, o número de artefatos localizados já contabilizou mais de 30 mil peças; e sobre isso, a cerâmica é o material arqueológico de maior representação em todos os sítios distribuídos na região (ibid, p. 71-74).

E por fim, também se adéqua como patrimônio paisagístico, no que tange a interação entre ambiente natural e valores culturais simbólicos dos processos pretéritos de ocupação na região. A Serra da Barriga está inserida na bacia hidrográfica do rio Mundaú, sendo esse curso hídrico e seus afluentes elementos imprescindíveis para preservação da diversidade ambiental do local, como por exemplo, a Lagoa dos Negros, que fica no topo da Serra e é um lugar de práticas e cultos religiosos de

matriz africana (ibid, p. 77).

Finalmente, a dimensão imaterial ampara-se que a Serra da Barriga, no geográfico e ecológico, e o Quilombo dos Palmares, enquanto patrimônio socioantropológico integram, simbioticamente, processos que ligam os negros às suas origens ancestrais, sejam heroicos, nobres, mitológicos, sagrados, resignificando e recriando tais elementos neste ambiente. Desta maneira promove-se o fortalecimento do sentido de pertencimento coletivo no sentimento de preservar a Serra da Barriga, no presente e materialidade, e no Quilombo dos Palmares, no passado e no intangível (cf. Dossiê, 2017, p. 88).

Por conseguinte, o reconhecimento regional contribuiu para a visibilidade dos indivíduos e suas comunidades de matrizes africanas no continente americano, representando conjuntamente uma reparação às perseguições e à intolerância que perdurou séculos contra estes indivíduos, sendo testemunhas da resistência e dos processos de resignificação de suas referências culturais (cf. Dossiê, 2017, p. 49, 50). De fato, a inclusão da Serra à lista de patrimônios do Mercosul demonstrou-se como um avanço significativo quanto à valorização da cultura negra, procedendo conjuntamente ao fortalecimento do reconhecimento da própria identidade nacional, visto que a contribuição africana é parte intrínseca da formação do Brasil.

Nesse sentido, o professor Clébio¹⁵, que dispõe de sua relação com a Serra da Barriga a partir de várias dimensões, como relatado pelo próprio “ora como estudante, outros como pesquisador, como professor, como ativista (...) como gestor municipal da cultura, gestor de uma instituição de ensino superior, outra hora como religioso...” (ARAÚJO, C., 2020), portanto seu entendimento sobre a Serra não contempla apenas pelo histórico, mas também por seu significado presente e constante validação como patrimônio nacional e regional.

Clébio conta que sua participação no documento de Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga emergiu de um texto acadêmico para apresentar em um congresso, “tratando a questão dos Palmares como uma experiência sócio-política e ao mesmo tempo como a construção de uma matriz cultural de resistência que não se acaba com a destruição do Quilombo, mas que permanece...” (ARAÚJO, C., 2020). Considerando suas percepções enquanto pesquisador, Clébio declara sobre o que se expôs anteriormente, o processo de resignificação das dimensões sócio-culturais dos negros:

Eu começo a desenvolver a ideia que ainda que o indivíduo tenha sido morto, o papel sócio-político que ele desenvolve não morre com ele... se repete na história de Alagoas e nesse sentido o esforço que trago é de trazer Zumbi para o presente... de pensar as lideranças negras no presente que atuam em episódios como quebra dos terreiros em Alagoas em 1912, que atuam nas favelas, que atuam nas grotas, que atuam nos quilombos urbanos, de pensar a continuidade histórica dessa figura Zumbi dos Palmares, por quê? Porque a gente percebe que o estado brasileiro, e as elites que coordenam esse estado na impossibilidade de apagar totalmente Zumbi e os Palmares da história, o que eles fizeram? Eles resignificaram e se apropriaram, através de uma narrativa, se apropriaram de Palmares e de Zumbi... mas se apropriaram (...) colocando Zumbi dos Palmares e os Palmares como algo que aconteceu e... aconteceu e terminou no passado como algo que... está lá, engessado no passado e que se acaba ali. Então... é... esse ato historiográfico, esse ato na memória é que explica por exemplo

¹⁵ Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González em Alagoas, 04 de março de 2020.

que os negros do presente em Alagoas não se pensam como uma continuidade de Zumbi dos Palmares... (ARAÚJO, C., 2020).

Até o século XIX toda referência à Zumbi e a história palmarina é tratada em uma perspectiva de acentuá-los como experiência de barbárie e criminalidade, marginalizando o debate. “Zumbi e os Palmares vão sendo ressignificados já na República, mas sendo novamente idealizado e apropriado por uma elite branca, que esvazia (...) de todo conteúdo negro, afro...” (ARAÚJO, C., 2020). Tais falas convergem evidenciando o que foi apresentado anteriormente sobre os discursos fundamentados na história sob uma narrativa colonialista, que desta maneira, Clébio acrescenta:

Outro aspecto da africanidade que perpassa Palmares (...) esse duplo esvaziamento, da ligação de Palmares como experiência africana aqui... e de Palmares como uma continuidade na história, como uma experiência que continua na história, é que provocam uma identidade do Alagoano negro, que é alienada da experiência de Palmares... que não vai beber na experiência de Palmares como algo que ele possa usar como matriz para a construção da sua identidade. Claro que isso vai interessar muitos às elites, porque à medida que se esvazia e as pessoas do presente não se pensam como descendentes de Zumbi, descendentes tanto físicos quanto simbólico e históricos (...) a elite tem uma capacidade maior de manter essa massa negra sob domínio de explorar essa mão de obra, de oprimi-la e impedir que se organize para resistir... (ARAÚJO, C., 2020).

A falsa propagação acerca da “democracia racial” e a busca pela transformação da mentalidade da sociedade brasileira foram fatores que articularam as lutas políticas do Movimento Negro no contexto pós 1970, para construir uma nova interpretação sobre a trajetória negra no Brasil. A partir de então o que se entende atualmente como formação da identidade negra no contexto nacional atravessa diversos momentos ao longo da história que moldaram as concepções recorrentes sobre o assunto.

Através deste processo de recuperação, reconstrução e ressignificações do acontecido no Quilombo dos Palmares é que se (re)escreve a história do local com outro olhar, o dos que se sentem herdeiros diretos daquela luta, os que outrora foram excluídos na construção dessa narrativa histórica: os negros.

Acerca disso, é importante ressaltar a promulgação das leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008 que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a inclusão no currículo oficial da rede ensino público e privado a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, o que contemplou muitos anos de reivindicações e lutas políticas e sociais em prol dessa efetivação; buscando dessa forma promover uma educação mais igualitária e desconstruir narrativas fundamentadas sob uma ótica colonialista, com o intuito de criar condições para minimizar a discriminação e o racismo no âmbito educacional e na sociedade como um todo.

As diferenças étnico-raciais no contexto histórico e político do país foram desvinculadas de sua riqueza cultural, e somadas a isso, a crença na existência de relações de harmonia entre distintos grupos étnico-raciais no país, foi a consequência da relação do colonizador com os povos que foram dominados, construindo uma narrativa impregnada no imaginário social nacional (GOMES, 2011, p. 138). O Movimento Negro buscou estratégias para corrigir este cenário, considerando a dificuldade de sustentar uma luta contra o racismo em uma sociedade que simplesmente acreditava ser uma

irrealidade. A luta de Zumbi não foi enterrada junto dele. Prosseguiu, tomou outras dimensões, encobriu-se por outros vieses.

Considerações finais

Percorrendo o itinerário secular dos negros e sua ressignificação desde que chegaram ao Brasil entende-se que sua identidade se compôs sob constante resistência e busca pela liberdade. Relacionado a isso, o Quilombo dos Palmares foi a sede do maior assentamento de negros fugidos existente nas Américas, é símbolo de uma sociedade com pluralidade étnica e cultural que representou resistência à colonização e à escravidão durante o período colonial. E a sua diáspora promoveu a formação da sociedade brasileira. Desde a destruição do local, datada em 20 de novembro de 1695, passou por reapropriações. No entanto, a luta de Zumbi é uma história que segue viva e percorre gerações sendo ressignificada constantemente.

A identidade negra consolidou-se em um contexto marcado pelo racismo, desigualdade e uma falsa democracia racial, com a inferiorização do negro, alegando-o como submisso e passivo frente à escravidão, sem integrar sua trajetória, tratando-se de um desvio da história que mascara as tensões raciais existentes no Brasil.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se entender que a vitalidade da Serra da Barriga validada enquanto Patrimônio Cultural do Mercosul supera o nível material e também emerge do intangível, por ter sido sede do histórico Quilombo dos Palmares, representando séculos de luta e resistência. Seu reconhecimento como patrimônio promoveu um novo significado não apenas para compreender melhor a formação social e histórica do Brasil, como também para a partir das memórias coletivas sociais que representam símbolos de resistência para o Movimento Negro e promoveram a consolidação da identidade dos afrodescendentes no que tange além das terras brasileiras, mas sim toda América.

O reconhecimento patrimonial internacional representou um avanço do governo brasileiro em relação ao estabelecimento de políticas públicas afirmativas e fortalecimento das referências culturais negras, ou seja, proporcionou uma ampliação de visibilidade e valorização da cultura afro-brasileira, trouxe releituras e novas perspectivas, acentuando o significado destes indivíduos como sujeitos ativos na formação da nossa história.

Assim, a história negra brasileira, que foi escrita em “páginas brancas”, obedecendo a uma narrativa colonialista, racista e preconceituosa, que tem na história do Zumbi e do Quilombo dos Palmares, um exemplo paradigmático dessa escrita, representa uma luta que nunca se encerrou, pelo contrário, seguiu viva até ser retomada e reescrita a partir de novos olhares e visões historiográficas e pela ação dos que se sentem identificados com o local e herdeiros daquele passado.

Referências:

ARAÚJO, Clébio C. de. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 04 de março de 2020. Maceió, Alagoas.

ARAÚJO, Zézito de. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 02 de março de 2020. Maceió, Alagoas.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CUSTÓDIO, Lourival A. T. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978-1990**. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. 2017.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online], volume 12, nº 23. p. 100-122. 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. São Paulo. EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo. p. 17-74. 2019.

FREITAS, Décio. **Palmares: A Guerra dos Escravos**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1978. Fundação Cultural Palmares: FCP. **Site oficial:** <http://www.palmares.gov.br/>

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª edição. São Paulo. Claro Enigma (Coleção Agenda Brasileira). 2015.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: IPHAN. **Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga Parte Mais Alcantilada - Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. Fidelity Translations LTDA, trad. São Carlos. Edit. Cubo. 2017.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário. JACCOUD, Luciana. OSÓRIO, Rafael. SOARES, Sergei (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

LEITE, Severino Cláudio F. “Mestre Cláudio”. Entrevista concedida a Rayanne Matias Villarinho e Ana María Sosa González. 29 de fevereiro de 2020. Maceió, Alagoas.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, 10. História e Cultura: São Paulo – PUC/SP, 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A ambivalência de uma cultura: o negro no Brasil em uma perspectiva histórica. In: **Textos de História**, 1, p. 32-48. 1993.